

A NOVA FLORESTA: UM OLHAR SOBRE O JORNAL DOS ESTUDANTES DE UMA ESCOLA CATÓLICA PORTUGUESA – O COLÉGIO MANUEL BERNARDES¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/70532>

Joaquim Pintassilgo

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal.



Resumo

O artigo analisa o jornal *A Nova Floresta*, órgão dos alunos do Colégio Manuel Bernardes, uma escola privada de inspiração católica fundada em 1935. O jornal iniciou a sua publicação em 1938. É aqui trabalhado o período correspondente os anos 30 a 50 do século XX. Refletir-se-á sobre esta experiência de *self-government* desenvolvida num contexto conservador e autoritário, o Estado Novo português; sobre os pontos de contacto entre a instituição e a ideologia do regime; e sobre a apropriação que a pedagogia católica vigente no Colégio fez das teses da Educação Nova.

Palavras-chave: imprensa estudantil, educação católica, Salazarismo, *self-government*, escola ativa.

A NOVA FLORESTA: A LOOK AT THE JOURNAL OF THE STUDENTS OF A PORTUGUESE CATHOLIC SCHOOL - THE COLÉGIO MANUEL BERNARDES

Abstract

The article analyzes the newspaper *A Nova Floresta*, a publication of the students of Colégio Manuel Bernardes, a private school of Catholic inspiration founded in 1935. The newspaper began its publication in 1938. Here we study the period corresponding to the years 30 to 50 of the XX century. We will reflect on this experience of *self-government* developed in a conservative and authoritarian context, the Portuguese Estado Novo; on the points of contact between the institution and the ideology of the regime; and on the appropriation that the Catholic pedagogy developed in this school makes of theses of New Education.

Keywords: student press, catholic education, Salazar's ideology, *self-government*, active school.

A NOVA FLORESTA: UNA MIRADA A EL PERIÓDICO DE ESTUDIANTES DE UNA ESCUELA CATÓLICA PORTUGUESA – EL COLÉGIO MANUEL BERNARDES

Resumen

El artículo analiza el periódico *A Nova Floresta*, una publicación de los alumnos del Colégio Manuel Bernardes, una escuela privada de inspiración católica fundada en 1935. El periódico comenzó a publicarse en 1938. Estudiamos aquí el periodo comprendido entre los años 30 y 50 del siglo XX. Reflexionamos sobre esta experiencia de autogobierno desarrollada en un contexto conservador y autoritario, el Estado Novo portugués; sobre los puntos de contacto entre la institución y la ideología del régimen; y sobre la apropiación que la pedagogía católica desarrollada en esta escuela hizo las tesis de la Educación Nueva.

¹ Texto publicado conforme original em português de Portugal.

Palabras clave: prensa estudiantil, educación católica, la ideología de Salazar, *self-government*, escuela activa.

A NOVA FLORESTA: UN COUP D'OEIL SUR LE JOURNAL DES ÉTUDIANTS À UNE ÉCOLE CATHOLIQUE - COLÉGIO MANUEL BERNARDES

Résumé

L'article analyse le journal *A Nova Floresta*, une publication des étudiants du Colégio Manuel Bernardes, une école privée d'inspiration catholique fondée en 1935. Le journal a commencé sa publication en 1938. Nous étudions ici la période entre les années 30 et 50 du XXe siècle. Nous réfléchissons sur cette expérience d'autonomie développée dans un contexte conservateur et autoritaire, le Portugal du Estado Novo; sur les points de contact entre l'institution et l'idéologie du régime; et sur l'appropriation que la pédagogie catholique en cours dans ce collège a fait des thèses de l'Éducation Nouvelle.

Mots-clés: presse étudiante, enseignement catholique, idéologie de Salazar, *self-government*, école active.

Introdução

Este texto analisará um jornal de estudantes de uma escola privada católica, o Colégio Manuel Bernardes, fundado em 1935, em Lisboa, pelo Padre António Gomes Pinheiro que permaneceu como diretor da instituição por várias décadas. O jornal intitula-se *A Nova Floresta*, sendo o número inaugural publicado em 3 de abril de 1938. Tendo em conta a sua longa duração – ainda hoje se publica – selecionámos para a nossa análise o período situado entre os anos 30 e os anos 50 do século XX, que corresponde não só à fase inicial da vida do Colégio mas, também, às décadas iniciais de vigência do regime autoritário conduzido por Salazar – o Estado Novo. As páginas do jornal, ainda que maioritariamente escritas por estudantes, não deixam de manifestar alguma consonância com o regime e a sua ideologia, para além de assumirem a sua condição de órgão de uma escola católica. Mesmo assim, trata-se, inequivocamente, de uma experiência de *self-government*, mesmo que a relação entre a construção de alguma autonomia, naturalmente relativa, por parte dos estudantes e a assunção de uma estratégia de controlo e de disciplina por parte da direção traga alguma ambiguidade a essa iniciativa. A publicação do jornal surge, ainda, como uma estratégia tendo em vista o reforço da identidade institucional, em particular no que se refere à sua apropriação pelos jovens estudantes. Sendo o espírito do jornal católico e conservador, também é verdade que ele pretende ser o arauto da modernidade pedagógica de que o Colégio seria portador. Encontramo-nos, na verdade, em face de um entre outros exemplos, de resto comuns na época, de apropriação católica da chamada “escola ativa”, o que se pode verificar, por exemplo, por via da concretização de um projeto de “educação integral”, visível na importância atribuída às atividades desportivas e artísticas ou no protagonismo assumido pelos estudantes tanto ao nível Caixa Escolar como na escrita do próprio jornal. Este surge, assim, no presente texto, simultaneamente como fonte e objeto de pesquisa.

O fundador, o Colégio, o jornal e o contexto

O fundador do Colégio Manuel Bernardes foi o Padre Augusto Gomes Pinheiro (1893-1976). Como outros sacerdotes do seu tempo, converteu-se em educador. Depois de uma primeira experiência escolar, a que não deu continuidade, fundou no Paço do Lumiar, então arredores de Lisboa, em 1935, a Escola Manuel Bernardes, tal como se denominava nessa fase inicial. A instituição começou a sua atividade no rés-do-chão da residência onde o Padre Pinheiro se instalara e que pertencia à família Pereira da Silva, de que ele era administrador. O edifício original, a chamada “Casa-Mãe” está ainda hoje integrado no espaço do Colégio. Com o crescimento do número de alunos o Colégio foi arrendando ou adquirindo terrenos de quintas que o rodeavam (Quinta dos Azulejos, Quinta do Paço e Quinta de Santo António). A escolha do nome da instituição teve que ver com a admiração que o Padre Pinheiro sentia pelo Padre Manuel Bernardes (1644-1710), membro da Congregação do Oratório de São Filipe de Nery e autor de uma obra diversificada sobre temas inspirados na espiritualidade cristã, sendo uma delas *Nova Floresta*, que dará o nome ao jornal dos estudantes do Colégio. Estas escolhas remetem ainda para a crença que o fundador do Colégio tinha nas potencialidades educativas da literatura (REIS, 2011).

A Nova Floresta inicia a sua publicação no dia 6 de abril de 1938, 3 anos após o

nascimento da Escola, apresentando-se como publicação mensal e órgão dos alunos da Escola Manuel Bernardes. A Caixa Escolar da Escola surge como proprietária. Como sede da redação e administração é indicada a própria Escola, sita no Paço do Lumiar em Lisboa. O primeiro diretor é o estudante Jorge Augusto de Barros e Vasconcelos Esteves, apoiado por uma equipa de 4 redatores. Os artigos são, na maior parte dos casos, subscritos por alunos, embora também marquem presença professores, diretores e pessoas não pertencentes à instituição (REIS, 2011). Não obstante os propósitos iniciais, o jornal raramente consegue manter o ritmo mensal, saindo diversas vezes apenas um número por ano, para não falar em alguns momentos de interrupção da própria publicação. Consta, em geral, de 4 páginas. O número inaugural contém, na primeira página, uma entrevista com o Diretor e fundador da Escola, ilustrada com uma fotografia do momento, para além da letra do hino da mesma. A segunda página inclui um relato sobre “a vida desportiva na escola”, um tema com presença regular, um pequeno exercício literário com intuito moralizante (no caso, “a enjeitada”), uma descrição de um lugar e de uma atividade (“Uma caçada na lagoa de Óbidos”), uma rubrica típica das publicações estudantis (“Nos corredores da Escola Manuel Bernardes, diz-se”), dedicada a mexericos e anedotas inspiradas no quotidiano da vida escolar, um texto sobre “o que eu desejaria ser”, um “problema” de matemática e pequenas frases de caráter moral e de autoria diversa (uma delas atribuída a Salazar). A terceira página inclui um artigo sobre a “Mocidade Portuguesa”, a organização juvenil do Estado Novo, aqui entendida como “Flor da Pátria”, uma narrativa sobre “o sábado no nosso Colégio”, um texto humorístico sobre o dia de exames intitulado “Agora é que são elas!!!”, um artigo sobre “a educação física escolar e outro sobre a “caixa escolar”, para além da conclusão da entrevista e de uma fotografia do orfeão da Escola em plena atuação. Na quarta página encontramos um outro texto doutrinário de intenção patriótica, “Deus, Pátria e Mocidade”, o artigo “Uma figura”, enaltecendo o fundador da Escola, a fotografia do aluno que ocupava então a “galeria de honra”, uma nova descrição de paisagens, desta vez dedicada à “Madeira”, a rubrica “Resumos biográficos de alguns vultos da ciência” (no caso, Lavoisier), uma “anedota” e um poema sobre a “Páscoa”. Esta estrutura manter-se-á, no essencial, embora com naturais variações, ao longo do período aqui analisado (anos 30 a 50) (REIS, 2011).

Quando a Escola é fundada, em 1935, o Estado Novo português está em pleno período de institucionalização. António de Oliveira Salazar havia ascendido ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1932. Em 1933 fora aprovada em plebiscito a Constituição que estará vigente, com algumas revisões, durante todo o regime autoritário e que lhe dará o travejamento jurídico e uma aparência parlamentar. Em 1936 tomará posse o mais emblemático dos ministros desta primeira fase, Carneiro Pacheco, responsável por um conjunto de medidas decisivas tendo em vista a construção da “educação nacionalista”, de que são exemplo a criação da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina, a colocação dos crucifixos nas escolas ou a política do livro único. Os anos 30 são, de resto, o período de maior radicalismo ideológico por parte do regime e em que este está mais próximo das características das ditaduras europeias do tempo, em particular do Fascismo e do Nazismo (ROSAS, 2013). Em consonância com estes tempos, o jornal exibirá habitualmente a seguinte inscrição: “Este número foi visado pela Comissão de Censura”.

Uma das novidades deste período é a que decorre de uma nova relação entre o

Estado e a Igreja Católica. A 1ª República (1910-1926) havia promovido um radical processo de laicização da sociedade que, no terreno educativo, conduziu à retirada dos símbolos religiosos do espaço escolar ou à suspensão do ensino da moral e da religião católicas. Nesse contexto, o funcionamento de instituições escolares católicas ficava claramente dificultado. Não obstante, foi grande o dinamismo, nesse terreno, da iniciativa privada, de natureza diversa, ainda que não confessional, de que são exemplo, entre muitas outras, as escolas de A Voz do Operário, os jardins escola João de Deus, as universidades livres e populares, a Escola Oficina Nº1 e um conjunto variado de outras iniciativas, designadamente as inspiradas por organizações da maçonaria.

O ambiente proporcionado pela Ditadura Militar (1926-1932) e, logo a seguir, pelo Estado Novo foi claramente mais favorável à militância educativa de inspiração católica, tendo permitido o aparecimento e florescimento de um conjunto vasto de colégios. A educação era um dos palcos privilegiados pela Igreja na sua campanha pela (re)catolicização da sociedade e pela recuperação do espaço anteriormente perdido na vida social. Apesar do Estado Novo manter o regime de separação, tendo Salazar recusado o retorno a uma situação de confessionalidade, foi clara, ao longo do período, a cumplicidade ideológica entre Estado e Igreja. A revisão constitucional aprovada em 1935, o próprio ano da fundação do Colégio, colocava o ensino sob inspiração católica ao considerar serem os princípios da sua doutrina os “tradicionais do País”. Na verdade, o regime usou o catolicismo como fonte de consenso social, sendo também verdade que o salazarismo foi muito marcado pelos valores católicos (PINTASSILGO & HANSEN, 2013; PINTASSILGO, 2010).

Esses factos não obstaram a que se verificassem também alguns momentos de tensão, designadamente no que se refere ao debate sobre o ensino particular. A Igreja foi reivindicando com regularidade uma maior autonomia deste em relação ao Estado e ao ensino oficial, para além de apoio financeiro às escolas católicas, mas o Estado nunca abdicou de uma regulação e de um controlo forte deste subsistema de ensino e manteve a possibilidade do financiamento como uma promessa permanentemente adiada. Duramente negociada ao longo dos anos 30, em 1940 é finalmente assinada a Concordata entre o Estado português e a Santa Sé que procura ser a expressão dos equilíbrios necessários nas relações entre as duas entidades. Mas os pontos de fricção voltam ao de cima a partir dos anos 50 e o debate prosseguirá por bastante mais tempo (SANTOS, 2016).

Em todo o caso, este foi um contexto propício ao desenvolvimento de uma Escola (depois Colégio) como a criada pelo Padre Augusto Gomes Pinheiro e ao aparecimento de um jornal como *A Nova Floresta*, que, por coincidência, vê o seu primeiro número ser publicado em 1938, um ano antes da deflagração da 2ª Guerra Mundial e quando mesmo ao lado, em Espanha, se mantinha acesa uma sangrenta guerra civil.

Um jornal de estudantes, um projeto de *self-government*

A Nova Floresta procura assumir o perfil característico de um jornal de jovens estudantes (CABELEIRA, 2013). Em artigo inserto no número 5, datado de 22 de dezembro de 1940 e assinado pelo diretor da publicação, então Brito Limpo Serra, significativamente intitulado “O nosso jornal”, afirma-se o seguinte:

Vem à luz mais uma vez o nosso pequeno jornal com suas ‘piadas’ e ‘ditos alegres’ e também com prosa séria. Há já bastante tempo que por motivos vários ele não saía [...]. É o jornal da rapaziada, onde se contam as traquinices dos estudantes e onde sob a forma de brincadeira se veem estampadas as nossas alegrias, tristezas e esperanças. Um jornal de colégio é uma crônica da vida escolar. Nele estão marcados os factos mais importantes de uma época despreocupada e sem dúvida a mais feliz da nossa vida [...]. Nos colégios são em regra os alunos que tomam a iniciativa de fazer sair o seu jornalzinho. Bem-haja o nosso querido Diretor que não só tomou a iniciativa de fundar «A Nova Floresta» como nos tem ajudado em tudo, quer moral, quer materialmente. Ele sabe bem quantas alegrias nos traz esse pedaço de papel, que agora contém os primeiros ensaios das nossas prosas mal alinhavadas e mais tarde será motivo de belas e saudosas recordações para os que aprenderam nesta Escola a serem Homens. (A NOVA FLORESTA, 1940, p. 1)

Podemos destacar várias das ideias presentes na anterior citação e que nos permitem traçar a especificidade deste tipo de publicações, dinamizadas (pelo menos, em parte) por estudantes do ensino secundário (no caso, particular e confessional). Em primeiro lugar a afirmação de que este é o “jornal da rapaziada”, o que justifica as “piadas” e “traquinices” próprias dos estudantes. Não obstante, promete-se uma prosa entre a brincadeira e a seriedade. Em segundo lugar, é muito interessante a ideia de que “um jornal de colégio é uma crônica da vida escolar” e que nos remete para as muitas informações sobre o quotidiano do Colégio, e de quem nele estuda, trabalha e vive, que o jornal ia transmitindo aos seus leitores (e que agora nos são transmitidas a nós), em particular em algumas das suas rubricas. Saliente-se, em terceiro lugar, o reconhecimento de que o jornal havia sido uma iniciativa do Diretor do Colégio, que sobre ele mantém o seu patrocínio. Finalmente, destaque-se o facto de o jornal ter subjacente a si um projeto de crescimento e formação, que era o do Colégio, e através do qual os jovens estudantes que o escreviam, e também aqueles que o liam, aprendiam “a serem Homens”.

Estamos, sem dúvida, perante uma tentativa de concretização do chamado *self-government*, propugnado por autores das primeiras décadas do século XX ligados à Educação Nova e agora apropriado de uma outra forma pela pedagogia do período salazarista. Encontramos vários artigos do jornal que nos remetem para essa ideia. Na já referida entrevista ao diretor da Escola - “Ouvindo o nosso Diretor” - inserta no número inaugural (nº 1 de 6 de abril de 1938), o Padre Augusto Gomes Pinheiro afirma, referindo-se ao jornal, o seguinte:

Você sabe, como aluno antigo, quanto me interessam as iniciativas dos meus rapazes e quanto me esforço por acompanhar e amparar todos os empreendimentos que visem em última análise o aperfeiçoamento moral [...]. A criança é inteligente e livre e como tal deve ser tratada. O educando [...] tem de colaborar na própria educação. (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 1)

Em artigo assinado por J. Trigo de Vasconcelos, intitulado “Exortação” e publicado no nº 6 de 20 de dezembro de 1941, faz-se o seguinte apelo: “Formemos o nosso carácter [...]. Esta é a mais bela missão de que a juventude pode arrogar-se” (A NOVA FLORESTA, 1941, p. 3). Alguns anos depois, no nº 12 de 17 de dezembro de 1946, o estudante que conduz uma entrevista, intitulada “Fala o Sr. Dr. Mendes Novo”, Marcelino Rocha, lança o seguinte desafio: “Mas os alunos têm também de trabalhar para a lapidação da sua alma”. O entrevistado, nesse momento diretor de disciplina, fala na necessidade de “continuar a batalha educativa, disciplinando a liberdade” (A NOVA

FLORESTA, 1946, p. 1). Uns anos antes, numa outra entrevista com um diretor de disciplina do Colégio, o Dr. Januário, conduzida pelo estudante Fernão de Castro Vaz Pinto, redator principal do jornal e aluno do 7º ano de Letras, publicada no nº 7 de 15 de dezembro de 1942 com o título “Meia hora com o Dr. Januário”, o entrevistado, falando do conteúdo do jornal, afirma a certo passo: “É preciso orientar a produção dos rapazes para assuntos mais juvenis [...]. Os alunos têm, em geral, dificuldade para escolher o assunto, é preciso orientá-los” (A NOVA FLORESTA, 1942, p. 2).

Para os dirigentes da instituição a disciplina é importante, mas ela deve revestir desejavelmente a forma da autodisciplina e deve ser compatível com uma relativa liberdade. José Pizanni Burnay chama exatamente a atenção, no nº 10 de 28 de julho de 1945, para a relativa flexibilidade que caracteriza o ambiente educativo e disciplinar do colégio: “Os métodos aplicados com a doçura da serenidade, com a luz imparcial da inteligência, perderam a rigidez antipática da ordem e trazem consigo a transparência do convencimento e até a aceitação conforme do castigo” (A NOVA FLORESTA, 1945, p. 6). O Próprio Padre Pinheiro mostra-se crítico, na já referida entrevista publicada no número inicial, relativamente a procedimentos disciplinares impostos e severos:

O sistema rígido das formaturas e do silêncio absoluto em toda a parte é um processo mais fácil de manter os alunos em disciplina e ordem mas, no meu critério, menos eficaz para o que se pretende conseguir – a formação da mocidade [...]. Não é possível este estado sem criar à criança um ambiente de relativa e condicionada liberdade. (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 1)

Finalmente, num artigo subscrito pelo estudante Pedro Eduardo de Sousa Santos, também do 7º ano de Letras, dedicado à Juventude Católica, intitulado “Forja de heróis” e publicado no nº 14 de 15 de dezembro de 1948, o autor tem a seguinte significativa afirmação:

O jecista é um herói que ensina e se ensina. Antes de empreender a conquista, vence-se a si mesmo, as suas paixões, os seus ócios; molda a sua alma na mais perfeita harmonia. Ele é livre porque não é escravo dos seus sentidos, dos seus desejos. (A NOVA FLORESTA, 1948, p. 4)

O *self-government*, tal como é apropriado neste contexto, tem por finalidade, tal como é admitido em algumas das afirmações, tanto de educadores como de educandos, o “aperfeiçoamento moral” dos alunos. Além disso, de acordo com a própria essência dessa estratégia, pretende-se um certo autogoverno dos alunos, o que é visível tanto no apelo à autoformação do “caráter” como nas ideias, presentes no último excerto, de se ensinar, de se vencer a si mesmo ou de moldar a sua “alma”. No entanto, esse esforço necessita, nas palavras do padre Pinheiro ou do Dr. Januário, do acompanhamento, do amparo ou da orientação dos educadores. Mesmo o *self-government* da fase típica da Educação Nova pressupunha essa orientação; muito menos a dispensava o paternalismo dos educadores católicos dos anos 30, 40 ou 50. Como têm notado diversos autores, geralmente inspirados em Foucault, o autogoverno não deve ser idealizado, podendo ser encarado como uma forma sub-reptícia de governo e, por isso, porventura mais eficaz (Ó, 2003). No contexto aqui estudado, essa fórmula tem certamente muito de verdade.

Um projeto educativo assumidamente católico

Como já notámos, este é um momento favorável à tentativa, por parte do catolicismo, de recuperar o papel que já havia tido no respeitante à formação da consciência dos portugueses. Não abdicando do seu poder, esta é uma tarefa que o Estado salazarista entrega de boa vontade à Igreja Católica. Nesse sentido, a imaginada reconstrução de Portugal, assente na tradição, torna necessária uma (re)catolicização da Nação. A fundação da Escola Manuel Bernardes é parte integrante desse projeto, daí que não seja de estranhar a reafirmação permanente da inspiração católica do seu ideário. Vejamos alguns excertos em que essa ideia está presente. Em artigo datado de 28 de julho de 1945 (nº 10), o já citado José Pizanni Burnay sintetiza assim o espírito da Escola fundada pelo Padre Pinheiro: “A sua Escola! Que a partir da fundação ele designou e personificou em «abertamente católica»” (A NOVA FLORESTA, 1945, p. 6). Numa nova entrevista que o Diretor dá ao jornal e intitulada “Conversando”, publicada em 27 de fevereiro de 1950 (nº 16), ele próprio afiança que “a formação moral e religiosa destes rapazes que foram confiados à minha guarda é a preocupação maior do meu espírito” (A NOVA FLORESTA, 1950, p. 1). Num artigo intitulado “Cultura Portuguesa”, datado de 8 fevereiro de 1946 (nº 11) e subscrito por Teófilo, este aluno afirma o seguinte:

Quando com a experiência de toda uma vida de contacto com os rapazes, o nosso Diretor deu todo o seu auxílio à formação de uma biblioteca fundamentalmente católica e portuguesa, podemos ter mais uma eloquente prova de quanto a formação de verdadeiros Homens constitui a solução única para a crise que é hoje a de todo o Mundo. (A NOVA FLORESTA, 1946, p. 1)

Fica claro, nesta passagem, quanto este projeto de educação católica é parte de um projeto mais vasto de formação de determinado tipo de “Homens” e de resposta a uma situação, considerada de “crise”, que o “Mundo” então viveria. Estávamos, sublinhemo-lo, no ano imediatamente a seguir ao final da 2ª Guerra Mundial. Dois anos depois, no nº 14 de 15 de dezembro de 1948, no artigo “Forja de heróis”, já aqui evocado, Pedro Santos proclama o seguinte: “Na época atual, não há lugar para dúbios ou hesitantes; hoje ou se é por Cristo ou contra Cristo” (A NOVA FLORESTA, 1948, p. 4). Estávamos, pois, perante uma verdadeira cruzada e os alunos do Colégio eram convocados a, sublimando a sua vontade e o seu autocontrolo, nela participarem: “Ide alegres e confiantes e com a certeza de que, antes de vos lançardes à conquista, tendes de vos conquistar a vós próprios”. Mas é o próprio Padre Pinheiro que, no há pouco citado “Conversando”, tenta relativizar o eventual fundamentalismo dessa militância católica: “Religião metida a martelo não entra neste Colégio” (A NOVA FLORESTA, 1950, p. 1).

Um projeto identificado com o espírito do salazarismo

Que este é um projeto que surge em consonância com o espírito dos novos tempos conservadores e autoritários não pode haver dúvidas. Em 1938, o próprio ano da criação do jornal, ia a Escola no seu terceiro ano, realizou-se aqui, como noutros locais, uma “sessão solene de homenagem ao Sr. Dr. Oliveira Salazar pelo 10º aniversário da sua entrada na pasta das Finanças” que é descrita no nº 2 de 6 de maio de 1938 no artigo “Sessão solene em honra de Salazar” (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 1-2). Nela participaram o Diretor, professores, alunos e convidados. O orfeão abriu a sessão

cantando os hinos da Escola e da Mocidade Portuguesa. Lida a “folha de doutrina enviada à Mocidade Portuguesa” e que justificava a efeméride, seguiram-se os discursos, maioritariamente de estudantes. António Figueiredo Freire, aluno do 4º ano, elogiou Salazar por afastar de Portugal “o flagelo do comunismo”. Passando em revista “os benefícios do Estado Novo” o jovem terminou o discurso, “cheio de entusiasmo”, com a seguinte proclamação: “Admiro Salazar, Amo Salazar, venero Salazar e num brado de alma o saúdo num grito entusiástico – Viva Salazar!” (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 1). Seguiu-se o aluno do 6º ano Justino Figueira Freire, segundo o qual “há 10 anos que surgiu este chefe providencial que, com uma fé inabalável, conseguiu erguer a nossa Pátria num pedestal de glória” (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 1). A narrativa do providencialismo e do carácter messiânico de Salazar como “chefe” e salvador da Nação é prosseguida e aprofundada pelo aluno finalista e diretor do jornal, Jorge Vasconcelos Esteves:

A ele se deve o Estado Novo, a ele se deve a independência da nossa Pátria, podemos afirmá-lo sem receio de hipérbole, pois que Portugal, continuando no descalabro em que adiantadamente caminhava, bem depressa perderia a sua independência. Por isso todos os portugueses que amam a sua Pátria e que à sua grandeza subordinam todos os seus ideais políticos, admiram a fecundíssima obra do grande reformador e aclamam no dia de hoje o Sr. Dr. Oliveira Salazar como um benemérito, um novo Messias suscitado no momento mais difícil da nossa Pátria, para a salvar. (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 1-2)

Alguns dos referentes da mitificação, nos anos 30, da figura de Salazar estão presentes nestes discursos, curiosamente pela boca de jovens alunos da instituição, não faltando, tal como na série de cartazes “A lição de Salazar”, a comparação com o passado de “descalabro” e a enfatização dos atributos de Salazar como “grande reformador”. Conclui-se com a sacralização da sua figura de verdadeiro “Messias” que viera para “salvar” a sua Pátria. A última intervenção coube ao Padre Augusto Gomes Pinheiro que “sintetizou ainda a obra, sob múltiplos aspetos notável, do Estado Novo, mostrando a grandeza do Chefe que atualmente dirige, com tanto acerto, os destinos da nossa Pátria”. Em seguida, “foram levantados muitos vivas ao Sr. Presidente da República [o então General Óscar Fragoso Carmona], ao Sr. Dr. Oliveira Salazar, ao Estado Novo e a Portugal”. A sessão terminou com o Hino Nacional, executado pelo orfeão da Escola e “ouvido em respeitosa saudação nacionalista por toda a assistência” (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 2).

É inquestionável que o que acabámos de descrever corresponde a uma sessão de doutrinação e de propaganda do salazarismo na qual os jovens alunos assumem um grande protagonismo, em consonância com um certo culto à juventude que então é promovido e que está presente nas celebrações da organização de juventude do regime autoritário - a chamada Mocidade Portuguesa. Lembremos que os anos 30 são o período de maior mobilização por parte do Estado Novo e em que este mais se aproxima do paradigma fascista e da sua coreografia. Assim, não é de estranhar o final apoteótico a que não faltou a “saudação nacionalista”.

Nessa conformidade, a metáfora salazarista da escola como “sagrada oficina das almas” está igualmente presente em diversos momentos nas páginas do jornal. O número 10, de 28 de julho de 1945, foi inteiramente dedicado ao Padre Augusto Gomes Pinheiro, por ocasião da atribuição à sua pessoa, pelo Governo do Estado Novo, do grau de

Comendador da Ordem de Instrução Pública. A respetiva sessão solene havia sido realizada no dia 19 de março desse ano, tendo estado presentes o Presidente da República (o já referido General Carmona), o ministro da Educação Nacional (José Caeiro da Mata) e o Inspetor do Ensino Particular. O discurso de agradecimento então proferido pelo Padre Pinheiro expressa muito claramente quais eram as suas convicções políticas e ideológicas e qual era a sua opinião sobre o papel a desempenhar pela escola no Estado Novo. Vejamos as suas próprias palavras:

A Escola, na expressão feliz de Salazar «É a sagrada oficina das almas que há de educar os homens, para governar e para serem governados» [...]. A escola é, na verdade, o grande laboratório de formação das almas, onde se ensina a obedecer e a mandar, onde se iniciam as virtudes que fazem o homem e o cidadão e onde se ensina a amar e a servir a Pátria [...] (O Sr. P.^o Gomes Pinheiro ao agradecer faz considerações de ordem pedagógica, Nº 10, 28 julho 1945, p. 1). [A escola] tem de ensinar a lutar, ainda com lágrimas e sacrifícios, contra a dúvida, a indiferença e a desordem das ideias e preencher o vácuo produzido por estas ruínas com as grandes certezas – Deus, a Verdade, a Justiça e a Moral. Só estas verdades podem ser as grandes fontes de ação [...]. A Escola Portuguesa tem de pugnar para que os conceitos fundamentais de Pátria, de Moral e de Família se conservem de pé e não sejam abalados pelos inimigos da civilização. (A NOVA FLORESTA, 1945, p. 2)

Ou seja, não só o Diretor do Colégio se apropria da fórmula de Salazar como lhe acrescenta outra metáfora de natureza idêntica e que se expressa no entendimento da escola como “o grande laboratório de formação das almas”. O mesmo olhar que hierarquiza a sociedade entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem está presente tanto no discurso do Padre Pinheiro como em várias das frases aprovadas, no início dos anos 30, pelo então ministro Cordeiro Ramos, para serem obrigatoriamente inseridas nos livros escolares e que o jornal também inclui nas suas páginas. Uma delas tem como autor o próprio Salazar - “A vontade de obedecer é a única escola para aprender a mandar” e está inserta no nº 1 de 6 de abril de 1938 (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 2). O discurso acentuadamente patriótico que é uma das imagens de marca do salazarismo está igualmente presente nas palavras do Diretor. O combate contra aquilo que, na época, surgia como a “indiferença”, a “desordem”, promovidas pelos “inimigos da civilização”, e a defesa das “grandes certezas”, Deus acima de todas, aproxima, igualmente, o pensamento do Padre Pinheiro do discurso do ditador e grande ideólogo do regime.

A propaganda da já referida organização da juventude, A Mocidade Portuguesa, empreendida em diversos artigos ao longo das páginas de *A Nova Floresta*, é outro dos elementos de proximidade entre a instituição e o regime. De resto, o jornal chegou a surgir, durante algum tempo, como “Órgão do Centro Nº 36 da Mocidade Portuguesa (Escola Manuel Bernardes)”. Em artigo inserto no Nº 8 do jornal, datado de 20 de dezembro de 1944, da autoria de Frei Jorge e intitulado “A Alma da Mocidade Portuguesa”, afirma-se o seguinte:

A Mocidade Portuguesa, aproveitando-se de todos os ensinamentos ministrados à juventude, quer apropriar-se convenientemente no sentido de desenvolver as virtudes morais e cívicas que hão de formar o típico homem português [...]. A honra, o dever e o sacrifício serão as virtudes positivas que desde cedo devem ser adquiridas nos diversos graus de formação que nos apresenta a M. P. [...]. A lealdade e a franqueza aprendem-se nos primeiros jogos. Os sentimentos de

solidariedade e civismo desenvolvem-se com o canto coral, o campismo e a ginástica – atividades que dando disciplina, domínio da vontade e obediência, vão formando o homem honesto e probo [...]. Para formar o homem é preciso apelar para todos os seus ideais – o desporto, o espírito militar, o ideal patriótico e histórico e ainda para os sentimentos religiosos [...]. Este movimento de formação integral da juventude tem de ter estrita colaboração da família e da Escola. (A NOVA FLORESTA, 1944, p. 1)

Na verdade, a Mocidade Portuguesa apropria-se de várias experiências passadas e coevas, de sentidos diferentes, como o escutismo, os batalhões escolares ou as juventudes do fascismo e do nazismo, o que faz com que tenha um perfil de algum modo híbrido onde se combinam uma doutrinação de carácter patriótico, histórico, moral e religioso, atividades culturais, desportivas e de contacto com a natureza e uma organização e um certo espírito militarista. A finalidade é promover a “formação integral da juventude”, de modo a construir o “típico homem português”, um “homem honesto e probo”, imbuído, entre outras virtudes (na ótica do salazarismo), da “honra” ou do “dever” e capaz do “sacrifício”, da “disciplina” ou da “obediência”. Trata-se, como vemos, de uma reinterpretação católica, nacionalista e conservadora de um projeto mais que secular, o da formação integral dos indivíduos. Esse propósito está claramente presente no seguinte excerto retirado do artigo “A Mocidade Portuguesa” do nº 14 de 15 de dezembro de 1948, escrito pelo estudante do 7º ano Alexandre Salema Cordeiro e em que são apresentadas, com algum detalhe, as suas atividades nos diversos planos (religião e moral, cultura, desporto, camaradagem, etc.): “todos os filiados, desde o lusito ao cadete, podem encontrar nas diversas modalidades o integral desenvolvimento e aperfeiçoamento físico, intelectual e moral” (A NOVA FLORESTA, 1948, p. 1).

Um projeto educativo entre a tradição e a modernidade

Já pudemos observar que o projeto educativo do colégio Manuel Bernardes se enraíza na tradição em diversos sentidos, seja a tradição da pedagogia católica, a tradição da narrativa patriótica (e marcadamente histórica) ou a tradição de uma ideologia conservadora como era o salazarismo. Alguns dos valores propostos para a educação dos jovens são valores quase intemporais. O culto da tradição é explicitamente reclamado nas páginas do jornal como acontece em artigo assinado por Mário de Sampaio Ribeiro, significativamente intitulado “A tradição”, e publicado no nº 5 de 22 de dezembro de 1940:

Foi moda dar-se à palavra tradição o sentido restrito que é do domínio da etnografia [...]. Em verdade, porém, a tradição é muito mais, muitíssimo mais que isto. A tradição é como alma da Nacionalidade [...]. O nacionalismo português é um facto. Mas, para que seja mais consistente, há que impregna-lo da tradição [...]. Sem o culto acendrado da tradição malograr-se-ia a cruzada bendita de reaportuguesar os portugueses e seria impossível reintegrar Portugal na sua missão histórica e civilizadora. (A NOVA FLORESTA, 1940, p. 4)

No entanto, o projeto educativo do colégio também se reclama da modernidade pedagógica. Na conclusão da já referida entrevista ao Diretor publicada no número inaugural do jornal, o estudante redator que a conduziu sintetiza magistralmente, referindo-se ao Padre Pinheiro, o carácter aparentemente paradoxal da sua pedagogia: “Os leitores de «A Nova Floresta» ficam a conhecer um educador moderno que, por um processo novo e suave, incute no espírito dos rapazes a velha moral do Evangelho” (A

NOVA FLORESTA, 1938, p. 3).

Num outro artigo dedicado à pessoa do Diretor, “Uma figura”, publicado nesse mesmo número, o articulista que o subscreve, Ignotus, afirma o seguinte: “E, com efeito, quem mais profundamente talhado para essa espinhosa e redentora tarefa do que um homem com as suas qualidades e condições e que são, afinal, aquelas que devem informar estruturalmente um educador moderno?” (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 4). Em diversos artigos, ao longo do tempo, vão sendo feitas afirmações que procuram dar conta da modernidade do seu perfil de educador. O Prof. Mário Sampaio Ribeiro, falando “Em nome do corpo docente”, refere-se-lhe, no nº 10 de 28 de julho de 1945, da seguinte forma: “O «Senhor Prior [...] é para os alunos o amigo nº 1” (A NOVA FLORESTA, 1945, p. 2); José Pizanni Burnay fala dele, nesse mesmo número, como sendo “um mestre insigne e um educador notável” (A NOVA FLORESTA, 1945, p. 6); Em “Palavras de um Pai” ele é apresentado como “um verdadeiro educador” (A NOVA FLORESTA, 1945, p. 2).

Algumas das opções pedagógicas assumidas no Colégio, e em particular o ideal de educação integral que se almeja concretizar, vão igualmente nesse sentido. Por exemplo, a educação física é muito valorizada e as notícias publicadas no jornal sobre as respetivas atividades são constantes. Em artigo do primeiro número do jornal (nº 1 de 6 de abril de 1938) exatamente intitulado “A educação física escolar”, o Capitão Jorge Dionísio de Jesus afirma o seguinte:

Formar homens sãos e robustos deve ser o fim da Educação Física. O que se torna indispensável a todos, é a existência da saúde e vigor necessários para resistir às exigências da vida intensiva moderna. A prática da Ginástica Educativa satisfaz precisamente a esse *desideratum*. (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 3)

Um outro projeto dinamizado pelo Padre Pinheiro é o relativo à Caixa Escolar que, como dissemos, começou por ser a proprietária do jornal. O associativismo juvenil, também sob a forma das caixas escolares, foi outra das manifestações do já referido *self-government*, tutelado pelos educadores adultos, que se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX. No artigo “Caixa Escolar”, publicado em 6 de abril de 1938 (nº 1) pelo diretor da Caixa, e simultaneamente do jornal, o aluno finalista Jorge Esteves, “o fim de auxílio mútuo” é apresentado como o “principal fim a que se propõe a Caixa”, sendo recriminados os seus colegas que ainda não teriam compreendido o papel dessa associação (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 3).

O Colégio prima, ainda, por dinamizar um grande número de atividades nos campos da cultura e da arte. As notícias sobre esse tipo de atividades são igualmente frequentes. Seguem-se dois exemplos, o primeiro retirado do artigo “As récitas da Escola Manuel Bernardes” (nº 9 de 2 de fevereiro de 1945) e o segundo do artigo “Uma iniciativa de grande alcance” (nº 11 de 8 de fevereiro de 1946):

Logo no ano seguinte à fundação da nossa Escola, o nosso Diretor, sempre amigo de proporcionar aos seus alunos divertimentos sãos e possibilidades de aumento da cultura geral resolveu levar a efeito uma Récita teatral que, ao mesmo tempo, servisse para nos entreter o espírito e para nos dar aquele à vontade tão útil à vida que a presença do público num teatro e o ritmo da representação é capaz de fornecer. Convidou o Sr. Diretor, e em boa hora o fez, para nossa Ensaiaadora, a Sr.^a D^a Lucília Simões, ilustre ornamento do teatro declamado português [...]. Ensaíram-se as peças e efetuou-se a representação que parece não ter corrido muito mal, a despeito de todos os intérpretes serem novatos na arte de Talma [...].

Apresentou-se este ano [2º ano], pela primeira vez, o orfeão do Colégio dirigido pelo Sr. Maestro Sampaio Ribeiro, que também foi muito aplaudido. Cá no Colégio o entusiasmo pela nossa Récita ia sempre crescendo. (A NOVA FLORESTA, 1945, p. 1)

No intuito de proporcionar aos alunos ensejo de formar a sua cultura artística, organizou o nosso Diretor uma série de saraus subordinados ao título de *Hora de Arte*, nos quais colaboraram já a pianista Regina Cascais, Silva Pereira e Sequeira Mota. (A NOVA FLORESTA, 1946, p. 1)

As récitas, saraus e festas anuais tornam-se mesmo um dos mais importantes rituais da instituição e contribuíam para reforçar o prestígio externo da mesma. Por exemplo, a festa realizada no dia 18 de agosto de 1938 decorreu numa das salas mais carismáticas de Lisboa, o Teatro Nacional de São Carlos, e contou com a presença do Presidente da República (General Carmona) e do Ministro da Educação Nacional (Carneiro Pacheco), sendo feito o respetivo relato no nº 4 de 15 de março de 1939, pelo aluno Vítor X, em “A nossa festa anual” (A NOVA FLORESTA, 1939, p. 4). As saídas da Escola e os contactos com a natureza são igualmente valorizados. No artigo sobre “o sábado no nosso colégio”, subscrito por Armando Nozolino e publicado em 6 de abril de 1938 (nº 1), elege-se esse dia como um dos mais agradáveis para os alunos, não só por existirem menos aulas mas particularmente por conta dos “agradáveis passeios pelos campos nos exercícios da Mocidade Portuguesa” (A NOVA FLORESTA, 1938, p. 3). Relatos de excursões feitas pelos alunos aparecem também com alguma regularidade no jornal.

Considerações finais

O Colégio Manuel Bernardes surge, assim, como um excelente exemplo da apropriação que a pedagogia vigente ao longo do Estado Novo, designadamente a de inspiração católica, fez das ideias e das propostas do movimento da Educação Nova que teve nas primeiras décadas do século XX o seu momento de expressão maior. Essa pedagogia, muito presente nas escolas de formação de professores e na imprensa de educação e ensino, geralmente por via da fórmula “escola ativa”, representava uma interpretação moderada do património educativo da geração anterior da Educação Nova associada a uma visão do mundo católica e conservadora.

A publicação de *A Nova Floresta*, um jornal de alunos, mas patrocinado pelo Diretor e acompanhado pelos professores, surge, claramente, como uma estratégia, entre outras, tendente à construção e ao fortalecimento da identidade institucional do Colégio Manuel Bernardes, tendo como elementos centrais a sua inspiração assumidamente católica, o seu ambicioso projeto de “formação integral”, um conjunto de opções pedagógicas inovadoras e a prática do internato (que existiu entre os anos 30 e 80) a par do semi-internato.

Este projeto, em que a educação estética, a educação física ou a educação moral conhecem uma tão grande centralidade, tendo em vista a “formação integral” dos alunos, e em que o associativismo destes e o *self-government* são incentivados, pode, assim, ser apresentado à sociedade como um exemplo a seguir como é feito na entrevista “Conversando”, datada de 27 de fevereiro de 1950 (nº 16), feita ao Diretor. O jornalista, P. A., alguém exterior ao colégio, inicia e termina a entrevista com as seguintes expressivas

palavras:

Desde há muito que oiço falar, com aprazimento, no Colégio Manuel Bernardes. Lá fora tem um nome grande, tão grande que pode escrever-se Colégio, com C maiúsculo [...]. Agora desvendei o segredo dos seus assinalados êxitos e poderei doravante fazer coro com todos aqueles que apontam para o Colégio Manuel Bernardes como um modelo a imitar, um caminho a seguir. (A NOVA FLORESTA, 1950, p. 2)

Referências

- CABELEIRA, Helena. *O Artista enquanto Aluno: Ensino Artístico, Práticas Culturais e Conceções de Si na Imprensa Académica da Universidade de Lisboa (1878-2007)*. 2013. 956 f. Tese (Doutoramento em Educação na especialidade de História da Educação) - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.
- Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa, 2003.
- PINTASSILGO, Joaquim. Igreja, Estado e Família no debate sobre o ensino particular em Portugal (meados do século XX). In: CARVALHO, C. H.; NETO, W. G. (Org.). *Estado, Igreja e Educação: O mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX*. Campinas: Editora Alínea, 2010, p. 181-198.
- PINTASSILGO, Joaquim; HANSEN, Patrícia Santos. A laicização da sociedade e da escola em Portugal: um olhar sobre o século XX. In: PINTASSILGO, J. (Coord.). *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no Século XX*. Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2013, p. 13-33.
- REIS, Isabel Sofia. *História e memória do Colégio Manuel Bernardes*. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação na especialidade de História da Educação) - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.
- SANTOS, Paula Borges. Educação e Ensino: matérias de concórdia ou disputa entre o Estado e a Igreja Católica durante o regime autoritário português? *Historia y Memoria de la Educación*: revista da Sociedade Espanhola de Historia da Educação, n. 4, p. 215-247, 2016.

JOAQUIM PINTASSILGO é Doutor em História pela Universidade de Salamanca (1996), Mestre em História Cultural pela Universidade Nova de Lisboa (1987) e Licenciado em História pela Universidade de Lisboa (1982). É atualmente Professor Associado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e membro da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação. É autor, coautor ou organizador de obras diversas, em especial na área de História da Educação, com destaque para as seguintes: *República e formação de cidadãos* (1998); *História da escola em Portugal e no Brasil* (2006); *A História da Educação em Portugal: balanço e perspectivas* (2007); *Escolas de Formação de Professores em Portugal* (2012); *Laicidade, religiões e educação na Europa do sul no século XX* (2013); *O 25 de Abril e a Educação* (2014).
Endereço: Alameda da Universidade - 1649-013 – Lisboa - Portugal.
E-mail: japintassilgo@ie.ulisboa.pt

Recebido em 11 de janeiro de 2017.
Aceito em 20 de fevereiro de 2017.